

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata nº 130ª "Reunião com os conselheiros do CEAS para discussão sobre a construção da proposta Orçamentária do FEAS para 2023"

Local: Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos - Praça D. Adauto 58 - João Pessoa

Data: 11/08/2022

Aos 11 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a Reunião com os conselheiros do CEAS para discussão sobre a construção da proposta Orçamentária do FEAS para 2023. Estiveram presentes os seguintes conselheiros/os; **Francisca das Chagas** (titular) - Representante SEDH; **Emanuel Luiz Pereira da Silva** (titular) - Representante UFPB; **Márcia Cristina Lucena** (titular) - Representante da SEPLAG; **Keiles Lucena** (suplente) - Representante COEGEMAS; **Kassandra Domingas** (titular) - Representante trabalhadores do SUAS - (CRESS-PB); **Ednaura Nascimento Rodrigues** (titular) - Representante Entidade - CEFEC; **Evelyn Rose e Maria da Conceição Farias** - Técnicas da Secretaria Executiva do CEAS; Discussão para construção da proposta Orçamentária do FEAS para 2023. A conselheira Jordeana Davi fez algumas considerações apresentando o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2022 – 2º trimestre e comentou sobre as dotações (iniciais, atual, empenhadas e pagas) destinadas para as atividades e programas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Após apresentações com as devidas explicações, foi abordado a construção da Proposta Orçamentária do FEAS para 2023, ressaltando que deve-se levar em consideração as deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social referente ao eixo do cofinanciamento estadual como também dentro da perspectiva do conselho de assistência social. Pontua que o recurso do FEAS deve ser discutido e aprovado junto ao conselho estadual. Em relação as propostas foram apontadas cinco reivindicações para o estado, as três principais; I - Assegurar o repasse do cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) de forma automática, regular e mensal, garantindo a aplicação dentro do exercício

34 financeiro, referindo-se ao tempo de repasse do cofinanciamento, que atualmente é
35 repassado em uma única parcela no final do ano. II - Assegurar, em lei, no mínimo 1% da
36 arrecadação estadual destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS),
37 viabilizando a ampliação do cofinanciamento destinado aos municípios via Fundo
38 Municipais de Assistência Social (FMAS), o que seria aumentar o percentual do FEAS
39 em relação a receita do estado. Além do valor ser o mesmo do ano anterior de \$
40 5.000,000,00 (cinco milhões de reais), no que dá \$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para
41 cada município, o que torna inviável para cofinanciar as ações socioassistenciais da
42 Proteção básica, se observa ainda que há pouca execução do recurso, dos \$ 55.000.000,00
43 (cinquenta e cinco milhões de reais) só foram executados \$8.000.000,00 (oito milhões).
44 Lembra que é preciso saber quais são as entidades que estão recebendo recurso do FEAS
45 para que se faça o controle social. III - Garantir em orçamento a realização de concursos
46 públicos para as/os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em
47 âmbito estadual, sabemos que esse recurso não é do FEAS e sim do estado que deve
48 encaminhar, como também capacitação permanente como um programa continuado para
49 os trabalhadores do SUAS do estado. Após a explanação da conselheira Jordeana foi
50 aberto espaço para alguns esclarecimentos e foi lançada a proposta de uma reunião com a
51 Comissão de Orçamento e Financiamento da Política de Assistência Social com data a
52 definir . Vencidas as discussões a vice presidente Francisca agradece a presença de
53 todos/as.